AVENÇA

BOLETIM DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

ESPECIAL

FORTE DO BOM SUCESSO, 1400 LISBOA
Telef. 61 68 21 / 39

N.º 2 / JUN. 85 / ANO 1

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

EDITORIAL

Atendendo à periodicidade anunciada para o nosso Boletim e divulgada no número inaugural poderá causar uma certa estranhezo a saída deste número especial.

Tal deve-se ao facto de considerarmos que seria URGENTE e IMPORTANTE levar ao conhecimento dos nossos sócios, apoiantes e simpatizantes o teor das intervenções da última sessão do 2.º Seminário da Associação 25 de Abril (Conclusões) que, como é do domínio público, teve como tema central «A Sociedade e as Forças Armadas».

É URGENTE porque não serão, com a brevidade por nós desejada, divulgadas aquelas conclusões, bem como toda a cobertura do acontecimento, o que faria perder certa oportunidade às mesmas.

É IMPORTANTE porque também o acontecimento em si o foi, não só pelo impacto do tema, pela primeira vez tratado em público e de forma aberta em Portugal, como também pelo nível atingido por boa parte das intervenções e nomeadamente pelas conclusões agora publicadas.

Aproveitamos também esta oportunidade para transmitir algumas outras informações que reputamos de interesse. Confiamos com mais este esforço ir de encontro aos desejos de todos aqueles que esperam da Associação 25 de Abril, com as suas actividades de natureza cultural e cívica, o pugnar permanente pela consolidação dos ideais do 25 de Abril de 1974.

CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO «A SOCIEDADE E AS FORÇAS ARMADAS»

AS FORÇAS ARMADAS COMO INSTITUIÇÃO

Intervenção da Dr.ª MARIA CARRILHO

As Forças Armadas constituem uma instituição basilar em todas as sociedades com Estado, e representam, em última instância, a garantia da existência, sobrevivência — ou mesmo da formação — do próprio Estado.

Por outro lado, o sector da defesa militar é um dos que maiores percentagens absorve nos orçamentos dos vários países, desde o século passado. As defesas militares em todo o mundo atingem uma cifra estonteante: à volta de um milhão de dólares por minuto, segundo estimativa do Stockolm International Pence Reseurch Institute (SIPRI). Cerca de 70% das chamadas ajudas dos países ricos aos países pobres são veiculadas para gastos militares, principalmente armamento. Na última década, as despesas militares dos países do Terceiro Mundo duplicaram em relação à década de sessenta, crescendo muito mais rapidamente do que o P. N. B.. Conforme alertou Willy Brandt, enquanto presidente da Independent Comiasion on International Development Issues, a não inversão desta tendência afectará gravemente o futuro das sociedades humanas.

Estes factos encaminham-nas para penetrar no que se apresenta como um paradoxo: o peso efectivo que assume o sector militar nas várias sociedades do mundo actual, e o questionamento que nessas mesmas sociedades se difunde sobre a própria legitimação das Forças Armadas. Demonstra-nos a sociologia militar que esse questionamento se acentua em situações de crise económica — e que isso influi sobre as percepções políticas dos próprios oficiais.

Em Portugal, embora não tenham sido efectuados inquéritos de opinião sobre a imagem da instituição militar, alguns indicadores dispersos permitem-nos pensar que a instituição militar portuguesa atravessa um período crítico. Porquê?

Não deveria ser o nosso País um exemplo privilegiado do entendimento entre militares e civis, já que a instauração das liberdades e da democracia foram possibilitadas por intervenção militar? Devemos constatar que não temos resposta para esta e outras questões relacionadas com a esfera militar. Enquanto nos países mais desenvolvidos se acumulam e multiplicam os conhecimentos de carácter científico sobre a instituição militar, entre nós o tema parece ter constituído quase um tabú. Enquanto, por exemplo, nos Estados Unidos se encontra praticamente esgotada a problemática ligada à guerra do Vietnam, tantos foram os estudos, investigações, filmes, etc., em Portugal ainda não se começou a analisar a guerra colonial, que se desenrolou aproximadamente na mesma época.

Mais do que remeter simplesmente as responsabilidades para a esfera do poder, temos que admitir que se tem verificado uma atitude generalizada que denominaria de remoção a nível colectivo. Remover, tentar ignorar questões incómodas, procurar anular problemas através do silêncio ou do esquecimento não é uma prática individual saudável e certamente não é a prática social mais adequada e «funcional» aos sistemas democráticos.

O facto de, pela primeira vez ter tido lugar, no nosso País, um seminário sobre o tema Sociedade e Forças Armadas leva-me a uma conclusão optimista: começamos a integrarmos naquilo que arriscando uma leitura irónica— chamaria de mentalidade europeia, e que não é menos importante do que outros níveis de integração.

A instituição militar portuguesa necessita, de facto, conhecer-se melhor a si própria com o contributo dos civis. A sociedade portuguesa em geral e em particular, os seus responsáveis políticos, necessitam conhecer melhor a instituição militar, contando com o contributo dos próprios militares.

A instituição militar portuguesa está, de facto, ligada a acontecimentos fundamentais na nossa História recente, como foram o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975. Está relacionada com um importante período da vida de grande parte dos jovens portugueses do sexo masculino, através do Serviço Militar Obrigatório (S. M. O.). Tem sido o objecto — como aliás acontece em todo o mundo — de tentativas ou de projectos de «engenharia social». É hora que se comece a reflectir organizada e serenamente sobre estas realidades.

(Continua na pág. 2)

CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO «A SOCIEDADE E AS FORÇAS ARMADAS»

(Continuação da pág. 1)

As questões relacionadas com os vários aspectos da instituição militar — desde a condição militar às carreiras, ao armamento, ao serviço militar obrigatório — são, porém, tão ingentes que seria pretensioso pensar que as comunicações apresentadas e discussões havidas nos conduzem a conclusões definitivas.

Os contributos prestados sob forma de comunicações escritas — apresentadas ou não oralmente — e sob a forma de participação no debate, apontam para interesses inter-relacionados mas diferenciados. Uns, de sentido analítico sociológico e histórico, outros que vão mais no sentido da análise política e da procura explícita de sugestões, ou mesmo de propostas de viga de solidão, a ser implementadas pelas autoridades políticas e militares.

No primeiro grupo incluiria os contributos, que passo a referir. A comunicação de Antonio Afonso e Brízia da Costa — «Subsídios para a caracterização sociológica do Movimento dos Capitães» — é resultado de um dos trabalhos de maior interesse no domínio da investigação sociológica realizados sobre temas relacionados com as Forças Armadas portuguesas. Ajuda, com o rigor dos números, a desfazer algumas ideias correntes e cómodas que têm atribuído à suposta «proletarização» das origens sociais dos oficiais a partir do início dos anos 60 à explicação do comportamento político dos militares em 25 de Abril de 74. Aponta para a necessidade de procurar explicações menos mecanicistas, mais articuladas e mais complexas não só para a intervenção de 25 de Abril de 1974 como para o sentido do papel político da FFAA.

No mesmo grupo, insere-se também uma interessante comunicação de Oliveira Monteiro, sobre o Clube Militar Naval, cujo aparecimento histórico se encontra entretecido com o do processo de afirmação dos ideais que vieram a desembocar na República de 1910.

A comunicação de Vieira Nunes — «A imprensa militar e a liberdade de expressão de pensamento», traduz-nos um cuidadoso inventário da imprensa militar desde o séc. XVII — de grande utilidade para os historiadores e apresenta a ideia fundamental de que é necessário revitalizar a imprensa militar, questão que se liga, afinal, à do próprio Estatuto da Condição Militar, na medida em que se trata de uma imprensa alimentada por escritos de militares.

Vinício de Sousa apresentou uma comunicação de carácter histórico-sociológico, sobre a hierarquia militar. Na verificação empírica a que procede sobre as FFAA Portuguesas foi detectar aspectos talvez algo surpreendentes: a enorme importância do Corpo de Estado Maior na obtenção do generalato — assim, em 1973, dos 28 generais, 23 eram oriundos do C. E. M.: dos 56 brigadeiros, 26 provinham do mesmo C. E. M.. Ainda em Janeiro de 1984, mais de metade dos generais é constituída por elementos que pertenceram ao C. E. M.

No segundo grupo — conjunto de intervenções que se encaminharam preferencialmente no sentido da análise política e da procura explícita de sugestões, cuja implementação caberia às autoridades competentes — inserem-se as intervenções seguintes:

Em primeiro lugar, e por ordem de apresentação, uma comunicação de João Amaral, intitulada, significativamente: «E. C. M.: o País contra os militares?». Ao chamar a atenção para importantes aspectos que tinham até agora passado despercebidos a muitos de nós, o autor pronuncia-se no sentido da desconformidade constitucional, política e ética da proposta de lei, e lança a interrogação sobre as implicações que tal proposta de lei, a ser aprovada, poderá ter no sentido de uma submissão das Forças Armadas a designios e interesses que poderão desvirtuar e exercitar missões que constitucionalmente lhes estão reservadas.

Pezarat Correia falou sobre uma questão de inegável importância, tanto para as Forças Armadas quanto para o conjunto nacional: modelo de sociedade e tipo de Forças Armadas, suas relações e influências recíprocas. Sustentou a conveniência em termos de Defesa Nacional, do SMO e defendeu a tese de que uma forma de luta não convencional — a guerrilha — pode ser um trunfo fundamental para países que não atingem os cumes do armamento convencional — conjugada, é claro, numa organização militar flexível que contemple seja operações convencionais, seja operações de resistência armada ou de guerrilha.

O tema candente do S. M. O., visto por dentro, ou seja da perspectiva da juventude que é chamada a prestar serviço nas fileiras, foi tratado por representantes das organizações juvenis de 3 partidos que se têm demonstrado particularmente atentos à questão — José Apolinário da Juventude Socialista, Jorge Ferreira da Juventude Centrista e Jorge Patrício da Juventude Comunista. Embora partindo de enfoques, ideológicos-políticos entre si muito diferentes, será interessante notar que pelo que diz respeito ao substancial se encontram de acordo: a conveniência nacional da continuidade do sistema de conscrição, da permanência do S. M. O. As reticências ou mesmo hostilidade com que muitos jovens encaram o S. M. O. diluir-se-iam, ou poderiam ser insignificantes se as autoridades procedessem a algumas medidas práticas no sentido de dignificação do serviço militar. Registe-se, no entanto, a forma divergente como a J. Comunista e a J. Centrista encaram a actual lei de objecção de consciência — na opinião desta última, um importante e positivo instrumento legal, na opinião da primeira, numa lei geradora de desigualdades.

Borup Nielsen apresentou-nos alguns aspectos da experiência dinamarquesa, que nos pareceu particularmente avançada. Chega a ser legítimo segundo Nielsen colocar a seguinte questão: terá o sistema de objector de consciência sido discriminatório contra o S. M. O. dinamarquês? Esclareceu-nos também que o direito de associação sindical praticado nas Forças Armadas e não ao questionamento de aspectos militares, não causa qualquer perturbação pelo que diz respeito à disciplina militar.

A discussão, que seguiu à exposição por parte dos oradores, revelou uma sensibilidade particular do público em relação aos temas da participação e interpenetração Forças Armadas — sociedade englobante, da forma mais adequada de sistema militar para uma sociedade democrática, da importância da idéia de discussão não nuclear — baseada precisamente numa elevada interpenetração Forças Armadas - sociedade, em termos não só de coincidência de ideais mas também de organização militar correspondente.

A condição militar revelou-se como uma questão que toca aspectos profundos, aparecebidos não só pelos militares, como também pelos civis. Por isso deixei deliberadamente para o fim a referência à intervenção de Eduardo Lourenço, sobre esse tema e que, como esboço de ensaio filosófico que é, não reentra em nenhum dos grupos em que por razões metodológicas e práticas integrei as outras intervenções — mas ao mesmo tempo encontra-se relacionada com todos eles.

Digamos que Eduardo Lourenço exprime a consciência de que os militares têm do drama inerente à condição militar, ou seja, a condição de homens que se preparam para fazer com eficácia algo que todos esperamos nunca tenham ocasião de fazer — a guerra.

Nem sempre assim foi, nem sempre todos assim esperam. Na realidade, só depois da Segunda Guerra Mundial se começou a tornar claro que não se pode pedir a ninguém que se realize profissionalmente apenas na guerra. Também os militares, têm o direito de se realizar na paz. Eduardo Lourenço fala da importância da preparação para a não-guerra. Os sociólogos, utilizando outros conceitos, exprimem a mesma ideia: a necessidade de evolução das Forças Armadas no sentido de forças de vigilância, no contexto internacional, a necessidade de evolução dos militares, de actores ou autores de guerras para guardiães da paz.

PROPRIEDADE:
Associação 25 de Abril

DIRECÇÃO:
Antero Anibal Ribeiro da Silva

COMISSÃO DO BOLETIM:
Aniceto Henrique Afonso
José António Mota Teixeira de Aguiar
José Rodrigues Andrade
José Nuno da Câmara Santa Clara Gomes
Francisco Manuel da Silva Coelho de Mascarenhas
José Manuel Krusse Fanha Vicente

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
Tipografia-Escola da ADFA
Rua Artilharia1 Telef. 65 35 93
Lisboa

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

TIRAGEM:
4500 exemplares

CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO «A SOCIEDADE E AS FORÇAS ARMADAS»

RELACIONAMENTO CIVIL / MILITAR

Intervenção do
Dr. BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS
Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

1. INTRODUÇÃO

O tema do relacionamento civil/militar é de todos os discutidos neste seminário, o mais complexo e difícil pois que, ao contrário do que sucede com os outros temas, não existe sobre ele um corpo mesmo fragmentado de teorias ou doutrinas nem sequer uma tradição de reflexão científica. O modo como o formulamos reflecte isso mesmo. Falamos de relacionamento civil/militar ou, mais amplamente, de forças armadas e sociedade, o que significa pressupor, à partida, a possibilidade de um divórcio, de uma separação cujos parâmetros, aliás, não são tematizados, como se as forças armadas fossem algo de completamente separado da sociedade, como se esta fosse *completa* sem as forças armadas no seu seio. De modo que um primeiro avanço do debate sobre este tema consistirá em falar de forçaa armadas *em* sociedade em vez de forças armas *e* sociedade.

O relacionamento civil/militar é um buraco negro na reflexão sobre a instituição militar, uma questão difícil de referenciar e de enquadrar e tanto assim, que — tal como aconteceu de resto neste seminário — ora é concebido como um tema de fundamental importância, ora como um falso tema ou uma falsa questão. Neste último caso, pode dizer-se que numas forças armadas assentes no serviço militar obrigatório, a sociedade penetra e atravessa todo o tecido de relações militares, toda a instituição militar. Esta será o povo em armas. O relacionamento civil/militar será então o relacionamento do povo consigo mesmo. Uma tautologia, portanto.

A confusão intelectual ou a perplexidade conceitual à volta deste tema não é fortuita. Nem é sequer específica da relação instituição militar/sociedade civil, é de algum modo comum à relação das grandes instituições das sociedades contemporâneas e a sociedade no seu todo. E entre essas instituições são de salientar ao lado das forças armadas, a Igreja a instituição judicial e a instituição médica. Devemos, portanto, partir da ideia de que a questão do relacionamento civil/militar, sendo uma questão com traços específicos, se integra numa outra, mais ampla, do relacionamento entre as grandes instituições e a sociedade.

Começo, pois, por referir esta questão mais ampla, ou seja, os pontos comuns entre o relacionamento civil/militar e o relacionamento Igreja/sociedade ou tribunais/sociedade ou medicina/sociedade, para depois tratar os aspectos mais específicos da questão das forças armadas /sociedade no nosso país.

2. O PODER INSTITUCIONAL EM GERAL

Todas as instituições que referi são produtos, na sua forma actual, com excepção e apenas parcial da Igreja, do Estado e de sociedade liberais. São uma criação dos últimos duzentos anos. Têm, por isso, muito em comum. São instituições totalizantes que aspiram à prestação monopolista de um serviço social relevante (a defesa contra o inimigo para as forças armadas; a justiça para os tribunais; a salvação do corpo para a medicina; a salvação da alma para a Igreja), fazem-no segundo regras de organização e de actuação específica, dispondo para o efeito de um corpo profissionalizado cuja formação e prática lhes inculca um universo simbólico próprio, uma sub-cultura específica que se revela de muitas formas e, particularmente, por uma referência privilegiada a certos valores (sem querer ser exaustivo, os valores da pátria para as forças armadas; imparcialidade, prudência, independência pessoal e irresponsabilidade para os tribunais; primado do doente, responsabilidade pessoal, e código deontológico para os médicos; desprendimento terreno, superioridade moral e ligação privilegiada com a divindade para a Igreja).

Acima de tudo, todas estas instituições se caracterizam por serem organizações burocráticas e, portanto, com tendência à auto-regulação e à auto-reflexão. O facto de se cristalizarem em grandes complexos institucionais forçou-as a desenvolver, elaborar e dogmatizar regras gerais de organização e de actuação que, produtos de uma reflexão interna continuada, vieram a dar corpo a uma forma de auto-conhecimento assente em conjuntos cada vez mais sofisticados de conceitos, definições e teorias de circulação interna à instituição. Este auto-conhecimento passou a reproduzir-se, a partir de certa altura, através da reflexão especializada de intelectuais orgânicos, internos ou cooptados pela instituição, que paulatinamente construíram o discurso institucional: o discurso militar, o discurso religioso, o discurso judicial, o discurso médico. Pode mesmo dizer-se que qualquer destas instituições se especializou tanto ou mais no discurso como nas acções ou funções. A especialização das funções correu paralela à especialização das palavras, a profissionalização das acções correu paralela à profissionalização dos conceitos.

A constituição destas formas de auto-conhecimento teve dois efeitos principais Por um lado, tornou possível uma enorme e condensada circulação de sentido no interior das instituições. Os conceitos constituídos no seio das instituições eram, por isso mesmo, auto-referenciáveis, e daí, evidentes, transparentes, o que possibilitava que o sentido das acções e, portanto, a avaliação dos comportamentos e das atitudes se formasse circulasse rápida e inequivocamente por todo o edifício institucional. Este foi um factor decisivo na construção da coerência institucional e do espírito de corpo que normalmente a acompanhou. No caso do discurso militar, citemos a título de exemplo os conceitos operativos de chefia, comando, liderança, ordem, disciplina, os conceitos programáticos de honra, pátria, nação, interesse nacional e independência nacional e o conceito básico, mediador entre os conceitos operativos e os conceitos prgramáticos: o conceito de inimigo.

Mas, por outro lado, o auto-conhecimento produziu um outro efeito, complementar do anterior: o processo pelo qual o discurso institucional se tornou evidente e transparente para o interior da instituição fez com que ele se tornasse hermético, cifrado, exotérico para a sociedade exterior à instituição. O discurso do auto-conhecimento, que abriu canais no interior da instituição, fechou os canais por que a sociedade exterior poderia ter acesso à instituição. As grandes instituições passaram a apresentar-se em sociedade segundo uma imagem pública, meticulosamente calculada e fabricada (nos edifícios — fossem eles quartéis, igrejas, palácios de justiça ou hospitais — nos uniformes, nas posturas, nas distinções, etc.), uma tentagem de fachada atrás da qual as instituições se fecharam, transparentes apenas para consigo mesmas. A distância entre o público e o privado, tal como a distinção entre o político e o técnico, o profissional e o amador foram utilizados para cautionar uma forma de transparência interna que só era possível através do fechamento externo.

3. A CRISE DAS INSTITUIÇÕES

Este processo de fechamento foi longo. E o facto de as instituições poderem ter uma vida socialmente dupla não constituiu durante muito tempo qualquer problema. Pelo contrário, a consolidação e a expansão das instituições assentou nessa duplicidade. Ou seja, o fechamento estrutural das instituições foi durante muito tempo uma solução e não um problema.

Há, no entanto, um momento histórico em que o fechamento se transformou num problema. E esse deu-se quando o fechamento estrutural das instituições se tornou também um fechamento fenomenológico, ou seja, quando a sociedade não institucionalizada reparou finalmente que as instituições estariam fechadas, e que o seu discurso, por ser hermético, era também socialmente vazio, por ser profissionalizado, era incontrolável e, por ser ritualizado, era irracional.

Nesse momento, que em geral nos países europeus ocorreu na década de 60 princípios da década de 70, abriu-se a crise da legitimação do poder institucional. Por razões certamente específicas de país para país e de instituição para instituição, essa crise manifestou-se, no entanto, de uma forma convergente: a rejeição das instituições, ou pelo menos a distanciação em relação a elas. Essas manifestações foram, por exemplo, no caso instituição militar: as deserções ou as fugas ao serviço militar, o ostracismo nos mass media, os debates sobre os orçamentos militares, a denúncia de guerras, a perder ou mesmo a ganhar; no caso da instituição religiosa: o decréscimo da prática religiosa, a falta de vocações sacerdotais, a revelação de escândalos do Vaticano; no caso da instituição judicial: a denúncia do acesso desigual à justiça e da justiça desigual e uma descrença generalizada na eficácia da administração da justiça; no caso da instituição médica: a revelação das doenças iatrogénicas, a denúncia da per-

(Continua na pág. 5)

CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO «A SOCIEDADE E AS FORÇAS ARMADAS»

(Continuação da pág. 3)

da do controle do corpo em favor de médicos e medicamentos, os estudos sobre a produção multinacional de produtos farmacêuticos e os modos de experimentação com seres humanos e a criação de medicinas alternativas.

Quais foram as causas desta crise de legitimação generalizada? É hoje um dos debates mais actuais nas ciências sociais. Durante muito tempo pensou-se que a crise de legitimação foi provocada por uma crise de eficácia das instituições que a precedeu. Hoje põe-se em causa este argumento e a falsa linearidade que ele comporta. Entende-se que a crise de legitimação precedeu, em muitos casos, a crise de eficácia.

Não interessa resolver aqui esta questão. Interessa sim referir os remédios que foram propostos na sociedade e depois nas várias instituições para resolver a crise de legitimação. Mas antes é importante que se retenha o seguinte: independentemente da decisão sobre a relação entre crise de legitimação e crise de eficácia ao nível do diagnóstico, o facto é que, ao nível das soluções, as questões da legitimação e da eficácia foram, em geral, tratadas conjuntamente. Ou seja, procuraram-se soluções que visavam reconstituir o consenso social a respeito das instituições e da relevância das suas funções sociais, soluções que, simultaneamente, aumentavam a eficácia funcional, administrativa e orçamental das instituições.

Foram várias as soluções consoante os países e as instituições mas tiveram em comum o facto de assentarem num maior envolvimento dos cidadãos na vida das instituições. Traduziram-se, por exemplo, em várias formas de participação popular no planeamento e até na execução das actuações institucionais. No caso da Igreja, e no seguimento do Vaticano II, o ressurgimento da comunidade dos leigos e a sua participação na pastoral; no caso dos tribunais, a emergência de várias formas de participação popular na administração da justiça (os juízes sociais, os juízes leigos, os julgados de paz, os tribunais comunitários); no caso da instituição médica, as comissões de utentes nos hospitais, as comissões mistas de avaliação deontológica, a medicina comunitária, o ressurgimento do clínico geral e de uma prática menos profissionalizada. No caso da instituição militar, as soluções foram talvez mais tímidas mas, mesmo assim, e sobretudo no quadro europeu, fomentou-se ou, pelo menos, tolerou-se o associativismo e uma certa democratização do funcionamento de órgãos de consulta ao mesmo tempo que se participou num debate público sobre o papel das forças armadas e se procurou uma ligação institucionalizada com o parlamento. Ainda recentemente Heimut Schmidt, ex-chanceler da Alemanha Federal, pronunciava no parlamento alemão um discurso em que elogiava o *Wehrbeauftragter*, um cargo parlamentar encarregado de defender os interesses dos membros das forças armadas. (El País, 16.3. 1985).

4. O DEBATE PORTUGUÊS

São estas, em resumo, as razões sociológicas profundas do debate que hoje se nos revela tão actual do relacionamento civil/militar. É uma questão específica porque específicas são as forças armadas. Mas não é uma questão qualitativamente diferente daquelas que se puseram às demais instituições totalizantes quando se defrontaram com a crise da legitimação.

Sucede que a especificidade do nosso debate não está tanto na especificidade das forças armadas enquanto poder institucional. Está antes na especificidade do nosso tempo histórico e do papel que as forças armadas desempenharam na constituição deste tempo.

É que a crise de legitimação das nossas forças armadas foi específica como foi específica a solução que para ela encontraram. Foi uma crise que se gerou ou aprofundou na guerra colonial e que se resolveu através de um golpe de Estado que a curto prazo se transformou numa revolução social.

Por outras palavras, a crise da legitimação das nossas forças armadas foi muito mais profunda que a das demais forças armadas europeias e até certamente mais que a das forças armadas americanas depois da derrota do Vietnam. Mas tal como foi mais profunda a crise, mais radical foi a solução que para ela encontraram: a derrota do fascismo, a restituição da liberdade aos movimentos e às organizações sociais.

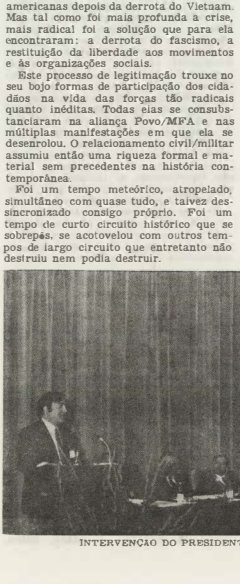
Este processo de legitimação trouxe no seu bojo formas de participação dos cidadãos na vida das forças tão radicais quanto inéditas. Todas elas se consubstanciaram na aliança Povo/MFA e nas múltiplas manifestações em que ela se desenrolou. O relacionamento civil/militar assumiu então uma riqueza formal e material sem precedentes na história contemporânea.

Foi um tempo meteórico, atropelado, simultâneo com quase tudo, e talvez dessincronizado consigo próprio. Foi um tempo de curto circuito histórico que se sobrepôs, se acotovelou com outros tempos de largo circuito que entretanto não destruiu nem podia destruir.

O nosso debate hoje sobre as forças armadas, o debate que aqui tivemos, revelou bem como essa sobreposição de tempos atravessa as nossas discussões, nossas posições como um rio subterrâneo que só à superfície nos firma. As forças armadas e o seu relacionamento com a sociedade civil são coisas várias que se discutem com diferentes paixões consoante os registos do tempo em que as colocamos. Distinguirei três tempos: o tempo da longa duração histórica de uma sociedade ainda marcadamente rural dominada pelo universo simbólico camponês para o qual o ir à tropa foi durante décadas um rito de passagem para a cidade, para o emprego, para o casamento, para a mobilidade social ascende, uma emigração retida em si mesma simultaneamente imposta e querida. É o tempo primeiro.

Em segundo lugar, o tempo das forças armadas em 25 de Abril de 1974, o tempo segundo: é um tempo urbano, operário e pequeno-burguês radicalizado na surpresa de ser possível o impossível e ainda para mais, pela mão de quem fora treinado, ao contrário, para impossibilitar o possível. Um tempo contrastado, de conflito, de debate e mesmo de violência verbal, um tempo em que se teceram rupturas e continuidades por onde, quase sem darmos contas, chegámos ao tempo terceiro: o tempo de hoje, um tempo amorfo, de falsos consensos protagonizados por um poder político silencioso e distante que procura uma visão telescópica da sociedade como ilusão necessária à manipulação incessante que dela pretende. Um tempo em que as forças armadas parecem perdidas no próprio labirinto dos tempos que protagonizam procurando os seus estratos dirigentes esquecer-se afanosamente do seu *tempo segundo*, o de 74-75, mas tragicamente conscientes da impossibilidade de regressarem ao seu *tempo primeiro*: o das forças armadas pastoreando a sociedade rural. O tempo de hoje para as forças armadas parece ser um tempo zero, irreferenciável, um tempo que, por não acontecer, paralisa as forças armadas não apenas para realizar o impossível mas até para realizar o mais simples como, por exemplo, estarem presentes os Chefes dos Estados Maiores dos três ramos das forças armadas na sessão inaugural deste debate em que, além do Presidente da República, estiveram também a bandeira e o hino nacional, afinal os símbolos da Pátria.

(Continua na pág. 5)



INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA A25A. VASCO LOURENÇO

CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO «A SOCIEDADE E AS FORÇAS ARMADAS»

(Continuação da pág. 4)

É por estas razões que o debate que aqui nos trouxe é difícil. Mas é também por elas que ele, a realizar-se, será fecundo e permitirá a acumulação de um conhecimento absolutamente inédito sobre o tema das forças armadas em sociedade. É um passado rico demais para que o presente se esvazie à míngua de o querer ignorar. A grande conclusão do nosso debate nestes dias é de que o debate não tem conclusões porque de facto só agora vai começar. Penso que este seminário teve o mérito especial de nos mobilizar para o debate sobre as forças armadas. E atingiu particularmente dois alvos. Os civis, que aqui se capacitaram que um debate sobre este tema tem uma importância que transcende em muito a instituição militar. E, por outro lado, estudiosos estrangeiros, para quem, por estarem longe do nosso quotidiano, a memória das grandezas de 1974-75, conflituais, profundas ou superficiais, inconsequentes por vezes e até contraproducentes, mas sempre intensas, pode fazer esquecer a miséria sem brilho de 1984-85.

Mas se esta forma de debate é adequada à mobilização para o debate e ao levantamento das questões, não o é, convenhamos, para o aprofundado tratamento destas. Utópicos a conceber devemos ser prudentes a planear e meticulosos a executar. Devemos sobretudo ser sociólogos da nossa própria circunstância e saber aconselhar-nos das fases que tivermos de percorrer sem atropelo. Daí que a minha proposta é de que se criem pequenos núcleos de estudos militares nas Universidades portuguesas (e não só nelas) que organizem debates com número reduzido de participantes eventualmente *off record*, envolvendo militares e civis das mais variadas tendências e concepções. Estes debates constituirão o anel interior de um novo tipo de conhecimento sobre as forças armadas em suas relações com a sociedade e o Estado, um anel interior que depois dará origem, por vibração e sequência, a outros anéis mais amplos onde o debate pode ser mais alargado e o conhecimento mais difundido.

Será então um conhecimento profundo, assente em análise empírica, em dados recolhidos criteriosamente, e em análises que contemplem os diferentes pontos de vista e as diferentes circunstâncias, diferenças que nós hoje, na visão telescópica a que a ignorância nos força, somos, por isso, forçados a ignorar.

Esses debates e os projectos de investigação em que se traduzirem podem ser o germen de cursos de mestrado ou de simples cursos de verão ou de cursos livres sobre temas militares. Enquanto professor da Universidade de Coimbra comprometo-me a organizar nesta universidade um desses debates.

5. OS TERMOS E OS TEMAS DO DEBATE

As discussões que aqui tivemos suscitam questões que são outros tantos temas. Mas antes de as referir será de salientar a condição prévia desse debate: dada a sofisticação e domínio ideológico cimento das instituições, os cientistas sociais, ao pretenderem penetrar nas instituições e compreender a circulação de sentido que as lubrifica, são forçados a partir desses conceitos e de algum modo a partilhá-los sendo difícil substituí-los por conjuntos teóricos e conceituais autónomos. Por essa razão tem-se dito que no domínio da sociologia das instituições estamos numa fase proto-histórica. E só a abandonaremos quando os cientistas sociais forem capazes de submeter a uma análise crítica sistemática os conceitos operacionais em que assentam as instituições, sejam eles, no nosso caso, os conceitos de chefia, liderança, disciplina, inimigo, pátria, independência nacional. A pré-condição do debate será pois a disponibilidade de a instituição nacional. A pré-condição do debate será pois a disponibilidade de a instituição militar, que tem sido sobretudo um sujeito de conhecimento, aceitar ser também um objecto de conhecimento.

A título de exemplo, algumas questões:

1 — Será possível operacionalizar as diferenças entre os três universos simbólicos sobre as forças armadas que correspondem aos três tempos históricos que distingui? Como?

2 — O que representa hoje na trajectória social dos jovens o serviço militar obrigatório? Qual a vigência do *tempo primeiro* vinculado à sociedade rural?

3 — E já hoje possível decompor os vários segmentos ou aspectos militares em 1974-75, e suas intercessões com os movimentos sociais e analisá-los serena e detalhadamente? Qual é a economia moral e social do 25 de Abril de 1974? Quais as rupturas por ele provocadas que se consolidaram? Quais as que caíram e bem? Quais as que caíram e mal? Quais as continuidades que o 25 de Abril de 1974 voluntária ou involuntariamente assegurou? Quais dessas devem ser mantidas? Quais dessas devem ser rompidas pelos meios democráticos de que a nossa sociedade, graças precisamente a essa revolução, hoje dispõe?

São as perguntas sobre o nosso *tempo segundo*. Mas as questões terão forçosamente de se centrar no nosso *tempo terceiro*, o tempo de hoje que aliás é já o dos últimos anos.

4 — Quais as novas concepções de estratégia e até dos novos equipamentos e o seu impacto na participação da sociedade civil nas acções de defesa? Em que medida é que a participação civil se torna uma condição de eficácia militar?

5 — A quem pertencem as forças armadas? à sociedade? ao Estado? ou ao Governo do dia? Em que condições se agrava o risco de as forças armadas serem, numa sociedade democrática, instrumentalizadas para funções que lhe são estranhas, quando o poder político democrático é forte e coeso ou quando o poder político democrático é fraco e descoordenado?

6 — Sendo que as instituições militares geram sub-culturas de tendência corporativa, quais os instrumentos democráticos a desenvolver para que os interesses sociais globais (interesses constitucionais) prevaleçam sobre os interesses corporativos? Em que condições o corporativismo se transforma numa forma de autoritarismo que começa por vitimizar o pensamento heterodoxo dentro das forças armadas? As forças armadas podem ser garantes da sociedade democráticas? Qual é o nível crítico em que a democratização interna se transforma em disfuncionalidade externa?

7 — É possível definir publicamente e sem equívocos quem é o inimigo contra o qual as forças armadas podem legitimamente lutar?

A resposta adequada a esta e a muitas outras questões constituirá um corpo de conhecimentos novos, condição sine qua non para que se eliminem os tabus que hoje rodeiam o tema das forças armadas em sua relação com a sociedade, um tabu que é em grande parte fruto da ignorância e fundamento do divórcio nessa relação. Só por via desse conhecimento será possível exconjurar um duplo perigo que hoje nos assombra: é que, por um lado, a sociedade democrática de costas para as suas forças armadas está em perigo por mais de uma razão; mas, por outro lado, as forças armadas de costas para a sociedade democrática estão desarmadas em mais de um sentido.

ASPECTO DA ASSISTÊNCIA

CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO «A SOCIEDADE E AS FORÇAS ARMADAS»

DEFESA NACIONAL - DEFESA MILITAR

Intervenção do

DR. MEDEIROS FERREIRA

Se as questões militares em Portugal são pouco analisadas em termos gerais, o terceiro sub-tema deste Seminário, esse, jamais foi objecto de qualquer debate público em Portugal. Não o podia ser, por definição, durante a Ditadura, e a partir do 25 de Abril foi subalternizado.

Após a normalização da vida democrática em Portugal, alguns deram tal ênfase ao conceito alargado de Defesa que nesta quase tudo cabia, excepto o tratamento da componente militar. Exagero pouco ao dizer isto!

A inclusão deste tema neste Seminário foi pois mais um contributo válido que a A25A deu para o esclarecimento da vontade nacional.

O debate que ontem teve aqui lugar focou diversos aspectos do binómio Defesa Nacional-Defesa Militar, e os contributos foram de natureza variada. Tivemos participantes que falaram sobretudo como representantes de forças políticas, tivemos o testemunho de profissionais das Forças Armadas, tivemos o contributo de reconhecidos estudiosos, etc.

É impossível deste modo fazer algo que se assemelhe a conclusões, ou mesmo a qualquer síntese desse material, tão rico mas tão diverso, que nos ocupou durante mais de quatro horas.

O que pretendo pois comunicar-vos é antes de tudo uma sistemática pessoal da temática Defesa Nacional-Defesa Militar. Quando o volume com as comunicações deste 2.º Seminário for publicado cada um poderá tirar as suas próprias conclusões.

Entendeu-se desde logo que a abordagem da situação internacional era importante para se deduzir alguns postulados estratégicos que fixassem a tipologia das ameaças com as quais Portugal se pode defrontar.

Há uma grande hesitação entre os responsáveis nacionais nesta matéria.

Assim comece-se nomeadamente por reconhecer o enquadramento geo-estratégico de Portugal para depois se deduzirem as alianças internacionais e as ameaças, quando a melhor tradição portuguesa aponta para operação inversa.

A História fornece mesmo alguns exemplos do domínio que o Estado português exerceu sobre as funções estratégicas do espaço envolvente quer durante a I quer durante a II Guerras Mundiais: no primeiro caso a beligerância *diferenciou* o território português do espanhol, no segundo *anulou* pela política de neutralidade as funções estratégicas da península.

A dialéctica entre relações internacionais, estratégia e ameaças é um domínio que merece isento e corajoso estudo por parte dos responsáveis portugueses. Sobretudo importa não confundir estudo com propaganda.

Urge elaborar uma doutrina nacional nesta matéria.

Agora no domínio dos conceitos temos um outro plano de análise constituído pelo recém-aprovado Conceito Estratégico de Defesa Nacional, também muito discutido neste Seminário.

As grandes opções discutidas na Assembleia da República seguiu-se a aprovação pelo Governo do CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL (Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/85, publicada no Diário da República de 20 de Fevereiro).

É uma matéria muito propícia aos consensos aparentes.

O Conceito pode ser desnecessário. É essa a nossa melhor hipótese de trabalho ao ler o conjunto barroco e redundante de muitas das disposições da Resolução. Mal o documento deixa de ser tautológico logo se torna discutível.

É manifestamente esse o caso dos dispositivos sobre a participação na O. T. A. N. quando se afirma que ela «*deve ser articulada por forma a reforçar a capacidade de defesa autónoma em termos que permitam, quanto possível, a utilização dos mesmos meios e capacidades para a realização desse duplo objectivo, assumindo Portugal prioritariamente obrigações no seu espaço nacional e nos espaços conjuntos de claro interesse nacional*».

Destas considerações decorre uma primeira interrogação: o Governo está contra a manutenção da Brigada Mista Independente prevista para actuar em zonas do flanco sul da Aliança exteriores à Península Ibérica, ou não conjugou o emprego previsto da Brigada com a literatura que aprovou? Mas quem a redigiu deve ter a sua ideia sobre o assunto. Será para discutir em público ou ficará para mais tarde quando se deduzirem as missões nos gabinetes dos Estados Maiores? Este Seminário também teve uma função democrática contra o secretismo e as reservas mentais dos que pretendem subtrair à discussão pública e participada os temas mais relevantes e consequentes da política de Defesa Nacional. Só assim se poderá evitar o divórcio com a população, sendo esta, sempre, a principal componente da Defesa.

E será credível em termos de «*capacidade de defesa autónoma*», que o Governo *positivamente cansagra*, confundir os meios adquiridos no âmbito da ajuda externa canalizada pela Aliança Atlântica com os meios para essa defesa autónoma? E os meios de que aí se fala serão sobretudo de aplicação aéro-naval ou terrestre?

Alguma vez teremos de discutir a componente militar de defesa!

Neste ponto será vantajoso recordar a Conferência proferida pelo General Garcia dos Santos, quando C. E. M. E. no Instituto de Altos Estudos Militares, em Junho de 1983, altura em que afirmou «*a sobrevivência autónoma tem de ser garantida fundamentalmente à custa da componente terrestre*» (O Exército e a Defesa Nacional). De que o tema é polémico tivemos a prova, durante este Seminário com as discussões estabelecidas.

Também se pode considerar despropositado e algo comprometedor em futuras negociações diplomáticas o que é referido na Resolução 10/85 sobre contrapartidas respeitantes a possíveis facilidades concedidas a países aliados: «*A utilização de facilidades em território nacional por outros países da Aliança, sendo origem de riscos acrescidos, deve ser compensada por ajuda militar e ou de outra natureza que contribuam para o desenvolvimento das capacidades militares e tecnológicas nacionais que reforcem as potencialidades da comunidade nacional*».

Depois destes considerandos restritivos será ainda permitido a um futuro governo pretender sobretudo contra-partidas financeiras? Ou esta questão não existe?

ASPECTO DA MESA DURANTE UMA DAS SESSÕES

E mais, esta formulação tem alguma coisa a ver com o Conceito Estratégico?

Claro que ainda falta o reclamado Conceito Estratégico Militar, mas tudo se orienta para o estabelecimento de uma política de defesa que garanta a inviolabilidade de parcelas essenciais do território e forneça um fugaz período de tempo para a acção diplomática accionar os mecanismos internacionais de segurança a nosso favor. O resto fica ainda mais dependente da Aliança Atlântica e da convicção oficial que de nenhum dos seus membros partirá qualquer ameaça para Portugal. Oxalá assim seja. A pergunta impõe-se portanto:

Estará a nossa diplomacia preparada para o esforço que se lhe pede em termos de Defesa Nacional? A dúvida é permitida. Sobretudo depois da coincidência de aliança extra-ibéricas de Portugal e de Espanha.

(Continua na pág. 7)

CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO «A SOCIEDADE E AS FORÇAS ARMADAS»

(Continuação da pág. 6)

A tal singeleza estratégica, ao mais alto nível, soma-se uma enorme lacuna no pensamento militar no respeitante ao ordenamento do equilíbrio e integração entre os Ramos, já que no campo dos sistemas de forças como existir uma arquitectura geral dotada de lógica interna, embora continuem a prevalecer os sistemas centrados sobre os Ramos em detrimento da coordenação inter-Ramos. Mas Portugal está longe de ser caso único nesse particular.

Em resumo todo este esforço legislativo exigido pelos dispositivos da Lei de Defesa e das Forças Armadas resulta praticamente estéril, ou inútil, em termos reais de política de defesa.

O CONCEITO ESTRATÉGICO DE DEFESA NACIONAL acaba mesmo por exigir mais à diplomacia do que propriamente às Forças Armadas.

No plano táctico o armamento proveniente da ajuda externa militar produz um efeito indutor que não permite grandes inovações na arte do seu emprego, resumindo-se tudo a uma correcta aprendizagem dos meios que os Aliados colocam à nossa disposição — recentemente certos tipos de tanques e de mísseis anti-carro para o Exército; aviões de transporte e de combate para a Força Aérea, e promessas de colaboração na aquisição das célebres três fragatas para a Marinha, sem que esteja claro serem essas as prioridades certas.

Sobre o sistema de forças e a articulação entre os Ramos há poucos indicadores de doutrina estabelecida.

Mas a defesa nacional e a defesa militar têm uma articulação bem concreta na feitura do orçamento.

Na prática o orçamento para as FFAA é elaborado por quatro departamentos distintos (os três Ramos e o E.M.G.F.A.) sendo justapostos na proposta final sem obediência a qualquer preocupação de coordenação. A autonomia financeira dos Ramos é uma conquista intocável. Num esclarecedor artigo o Brigadeiro Mota Mesquita chamava a atenção para alguns aspectos da elaboração dessas propostas que implicam com a própria política de defesa:

«*Esta maneira de preparar o orçamento das Forças Armadas, ou, melhor dizendo, os Orçamentos dos Ramos, é pouco eficiente e o que quase sempre acontece é cada Ramo procurar fazer prevalecer as suas prioridades, favorecendo em particular só as suas missões, em prejuízo das missões conjuntas e esforçar-se por lançar as bases para tomar uma fatia cada vez maior no orçamento dos anos seguintes*» (in Baluarte, n.º 1 — ano de 1984).

Talvez que a grande novidade introduzida recentemente na aprovação do orçamento das Forças Armadas sejam as discussões que agora têm lugar na Assembleia da República, onde se assiste a uma subtil modificação nas relações entre os chefes militares e a Comissão Parlamentar de Defesa.

Daí o interesse de que se revestiu para este Seminário a participação de alguns deputados membros da Comissão Parlamentar de Defesa, onde algumas preferências foram anunciadas.

Antes de concluir gostaria de realçar que destes Seminários resulta claramente não estarem suficientemente estudadas a teoria das ameaças mais prováveis nem quais são as de mais difícil resposta.

Também ficou sem resposta à questão da defesa autónoma consagrada no Conceito Estratégico de Defesa Nacional pelo Governo. Que possibilidades tem Portugal de se dotar de um esquema de defesa autónoma?

Que sistema inter-forças erguer?

Talvez as respostas sejam encontradas num próximo Seminário realizado pela A25A.

CONCLUSÃO

De uma forma geral os participantes no Seminário não consideram a eventualidade de ameaças iminentes sobre o território nacional.

O tema das Forças Armadas em tempo de paz foi deste modo várias vezes abordado, aí se podendo inserir a questão das missões a atribuir às Forças Armadas Portuguesas.

Ora as Forças Armadas portuguesas atravessaram atravessaram em pouco mais de dez anos um percurso cheio de acidentes: desde o empenhamento na guerra colonial, ao derrube da ditadura, desde a dinamização cultural e a descolonização, ao restabelecimento de uma hierarquia que não sabe precisamente desde quando se tornou ilegítima a ditadura derrubada a 25 de Abril de 74.

Para alguns o 25 de Abril parece que apenas se sustenta por ter sido um acto de força. São os que pensam, como Aristóteles, que a força alguma virtude tem, para se impôr. Mas o derrube da ditadura só terá consequências para as Forças Armadas quando nelas o consenso sobre a ilegitimidade do regime ditatorial não oferecer dúvidas.

De qualquer maneira o problema militar português só ficará resolvido quando às nossas forças Armadas forem atribuídas missões-nacionais ou internacionais — de prestígio assegurado que lhes fixem uma nova natureza, alterada irreversivelmente com o 25 de Abril.

Assumir a diferença de natureza das Forças Armadas Portuguesas antes e depois do 25 de Abril de 1974 encontra-se paradoxalmente na ordem do dia, onze anos após aquela data.

ENCERRAMENTO

Intervenção do Gen. GARCIA DOS SANTOS

Na intervenção que fizemos na Sessão de Abertura deste Seminário da Associação 25 de Abril, dissemos a certa altura que não pretendemos, ao organizar o Seminário, esgotar sequer a enumeração dos problemas existentes no âmbito da discussão do tema que escolhemos para o Seminário.

Penso, agora, podermos afirmar, sem perigo de grande erro, ter ficado evidente, para todos quantos participaram nos debates, ser possível extrair, no imediato, duas grandes ideias:

1.º — é flagrante a oportunidade da discussão do tema, mas foi impossível, face ao tempo de que se dispôs, definir com rigor, qual a prioridade das questões a analizar ou a debater tendo-se evidenciado, sobretudo, a carência do seu estudo sistemático no nosso País;

2.º — é indiscutível, em qualquer País, a existência de um relacionamento muito forte e íntimo entre as respectivas Sociedades e Forças Armadas, verificando-se que há, entre ambas, uma influência recíproca, pois não é apenas o modelo de Sociedade que define as características específicas das suas Forças Armadas, mas são também estas, como detentoras exclusivas da posse das armas, que muitas vezes, influenciam, ou até impõem, o modelo do aparelho do poder existente na Sociedade em que elas se inserem.

Sendo estas, digamos assim, as principais conclusões de base que, muito em síntese, podemos tirar do teor das diversas comunicações apresentadas ao Seminário e dos debates que à sua volta se estabeleceu, existem, todavia, dentro do seu contexto, alguns aspectos específicos cuja importância e interesse são de tal modo relevantes que, creio, merecem também ser salientados ao encerrar os nossos trabalhos.

Em Portugal, está hoje razoavelmente generalizada a ideia de que todos os Portugueses concordam em que a democracia deve ser defendida. Porém, onde nem sempre parece existir essa mesma concordância é na forma ou nos processos para a defender. Ora, sendo a democracia um sistema em que uma comunidade só pode alcançar aquilo que se encontra dentro das capacidades materiais ou intelectuais dos seus próprios membros, e

(Continua na pág. 8)

DISCURSO PROFERIDO PELO GENERAL GARCIA DOS SANTOS

CONCLUSÕES DO SEMINARIO «A SOCIEDADE E AS FORÇAS ARMADAS»

(Continuação da pág. 7)

sendo o aparelho militar um dos elementos constituintes do Estado Democrático, isso significa que tal aparelho militar sofrerá inevitavelmente a influência e será a consequência do tipo e da qualidade daquelas capacidades.

E num País como o nosso, em que a defesa da Pátria é dever fundamental de todos os Portugueses, a interpretação da comunidade nacional com as Forças Armadas é total. Daí a existência de uma corrente de alimentação contínua entre ambas, devido ao estabelecimento, prescrito na lei, do Serviço Militar Obrigatório, e, portanto, a existência de um afluxo constante, nas incorporações, de uma massa flutuante de cidadãos.

Por outro lado, é já hoje um lugar comum, o dizer-se que a História de Portugal, onde se encontram constantes exemplos de feitos de armas, é bastante coincidente com a sua História Militar isto é, desde os primórdios da Nacionalidade que existe uma profunda ligação entre forças militares e população.

Mas, se assim é, se, por um lado, constitui uma verdade histórica a quase identificação do historial militar com a formação e consolidação da nossa nacionalidade e, por outro lado, por força da obrigatoriedade de prestação do serviço Militar a interpenetração da comunidade nacional com as Forças Armadas é total, se assim é, dizia, qual será a razão porque se desenham, na actualidade, em relação a essas mesmas Forças Armadas um antagonismo e um rejeição sob formas cada vez mais acentuadas e violentas? E porquê estas atitudes se manifestam sobretudo ao nível da juventude, questionando a própria necessidade das Forças Armadas e a elas se opondo através da afirmação, real ou ficticia mas cada vez mais significativa, da objecção de consciência?

Sendo as Forças Armadas um dos elementos componentes do Poder Político e essencial para o seu exercício, parece estar fora de causa, em qualquer regime, a necessidade da existência do aparelho militar, o que gera e reforça aquelas contradições e sentimentos.

A evolução tecnológica e cientifica no mundo de hoje, a elevação do nível de vida e de cultura, a alteração dos costumes, e sobretudo, a profunda modificação que o nosso País sofreu com o 25 de Abril, deveria ter conduzido não só a uma mudança das instituições e das estruturas mas, e principalmente, a uma renovação das mentalidades. Alguém disse:

> «Um país compreende-se, mas, sobretudo, vive-se e experimenta-se.
> Um país é o conjunto dos seus cidadãos.
> Um país é o diálogo, solidariedade.
> A ideia que os jovens terão sobre o país depende da maneira como os acolhem, os interessam, os iniciam, da maneira com se podem desenvolver sem peias».

Não creio que estas ideias se apliquem, na integra, à nossa realidade actual e dai as contradições e os sentimentos a que atrás me referi. É ainda escasso o diálogo e fraca a solidariedade entre os portugueses.

Não há debate ácercs de questões de importância fundamental quer para o presente quer para o futuro do nosso País.

Não há o esclarecimento que permita quebrar o alheamento e a indiferença e que gere o entusiasmo que empolga e que serve de sustentáculo à tomada das decisões que a todos afectam.

Em democracia e em liberdade é possível conhecer com facilidade os problemas que ultrapassam a sensibilidade nacional e procurar encontrar as soluções mais ajustadas, ou as respostas mais adequadas às incertezas e às objecções.

Mas isso implica uma profunda mudança das mentalidades e uma habituação à convivência democrática plena que ainda estamos longe de ter atingido.

Não se trata de um ponto de vista pessimista, mas, antes, a verificação de um facto que é confirmado, no dia a dia, através de diversos acontecimentos.

A realização deste Seminário, subordinado ao tema «A Sociedade e as Forças Armadas» é disso prova evidente. Pela primeira vez, em debate público, aberto a todos aqueles que nele quizeram participar, foi posta em evidência a importância do estudo do relacionamento entre as Forças Armadas e o ambiente social que as rodeia.

Sem que possa pôr-se em causa a influência na comunidade militar da evolução social do meio em que essa comunidade se insere, é indispensável que tal influência preserve o seu equilíbrio e a sua coesão, elementos básicos da estrutura de qualquer aparelho militar.

Mas, em contrapartida, a necessária salvaguarda deste princípio não deverá constituir o refúgio sob o qual se acomodem justificações falsamente imbuidas do carácter conservador da instituição para entravar a necessária modernização das Forças Armadas.

Modernização que, muito para além da ideia de que deve realizar-se apenas sobre as estruturas e o equipamento das Forças Armadas, deve e tem de passar também e necessariamente pela saudável abertura da mentalidade dos seus elementos à realidade do mundo que os cerca.

Se tal não acontecer, as Forças Armadas correm o risco de «se absorverem a si mesmas» e de se comprimirem no interior acanhado das suas próprias limitações» *.

* *M. Rodrigues dos Santos — «As Forças Armadas e a Credibilidade do Regime» Comunicação ao 2.º Seminário da Associação 25 de Abril.*

Aliás, quer no texto constitucional, quer no texto da lei de defesa nacional, quer ainda no próprio conceito estratégico de defesa nacional — e sem entrar em considerações críticas acerca destes dois últimos documentos —, está claramente expressa a necessidade deste tipo de modernização das mentalidades ao determinar que as Forças Armadas são rigorosamente apartidárias (Art.º 27, n.º 4 da Constituição da República); ao determinar que as Forças Armadas podem colaborar em tarefas relacionadas com a satisfação das necessidades básicas e a melhoria de vida das populações (Art.º 275, n.º 5 da Constituição da República); ao determinar que o serviço militar é obrigatório (Art.º 10.º, n.º 1 da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas); ao definir a participação militar portuguesa na defesa colectiva da OTAN (III-4 a) e b) do Conceito Estratégico de Defesa Nacional); ao determinar a organização da resistência dos cidadãos face à eventualidade de uma invasão provisível (III-5 c) do Conceito Estratégico de Defesa Nacional).

De todo este normativo decorrem, naturalmente e com facilidade, os seguintes princípios:

— os militares, sendo obrigatoriamente apartidários, não podem ser políticos;
— os militares não podem refugiar-se na neutralidade da sua técnica, sendo indispensável, para a sua formação, o contacto permanente com as realidades do seu próprio País;
— a evolução, em todos os aspectos, do ambiente social em que as Forças Armadas se inserem, penetra, através do Serviço Militar Obrigatório, no seu seio, impede a sua cristalização e provoca a sua natural transformação.

Dadas as origens donde decorrem estes princípios, será justo e lógico considerar-se que eles determinam, explícita e implicitamente, a importância do debate, nas sociedades democráticas contemporâneas, da democratização interna das Forças Armadas e da integração destas na sociedade civil.

Na verdade, estes dois tópicos são duas vertentes indissociáveis do mesmo fenómeno: consolidação da democracia e consequente subordinação do aparelho militar ao poder político.

Sei, por experiência própria, o que significa para certas mentalidades, a expressão de determinadas ideias tais como «democratização interna das Forças Armadas» e «subordinação do aparelho militar ao poder político».

Para alguns, o termo «subordinação» contém, implícita, a ideia de submissão.

Para outros, «democratizar as Forças Armadas» significa, peremtoriamente, a sua completa transformação em bandos armados, totalmente desprovidos de capacidade ou eficácia operacional.

Há ocorrências, no passado mais ou menos recente, que justificam esta deturpação de ideias ou de princípios e que originaram a confusão existente e, sobretudo, a repulsa imediata não só pela utilização destes termos como até pela discussão dos conceitos que lhes estão subjacentes.

Mas há também impedimentos consciientes doutro tipo, resultantes da visão distorcida da necessidade de preservar a Instituição Militar de maléficas influências do exterior, possíveis causadoras de perigosas perturbações na tranquilidade caserneira dos seus processos rotineiros de funcionamento.

Há que, definitivamente, ultrapassar estes autênticos bloqueamentos e analizar com profundidade se as novas tecnologias, com a sofisticação que acarretam necessariamente ao equipamento militar, e as concepções de defesa impostas pelo recém-aprovado conceito estratégico de defesa nacional, que envolvem conjuntamente as Forças Armadas e as populações, não apontarão para modelos orgnizativos e estruturais que pressuponham autonomia e capacidade de decisão tais que introduzam alterações significativas nos conceitos tradicionais da cadeia de comando.

(Continua na pág. 9)

CONCLUSÕES DO SEMINÁRIO «A SOCIEDADE E AS FORÇAS ARMADAS»

(Continuação da pág. 8)

Por outro lado, Portugal ocupa hoje uma posição de dependência nos quadros estratégicos mundiais.

A discussão das questões de defesa nacional e, em particular, da da sua componente militar, dentro desta perspectiva, deverá atender não só ao princípio preconizado no Art.º 7.º da Constituição, no que se refere à solução pacífica dos conflitos internacionais e ao assegurar da paz e da justiça nas relações entre os povos, como ainda à noção de que a defesa de um País não assenta apenas na existência de meios militares.

A definição da componente militar da defesa nacional sem ter em conta estas questões e sem procurar criar espaços de autonomia para decisões de âmbito nacional faz, inevitavelmente, correr o risco de agravar aquela dependência, envolvendo simultâneamente os pontos de vista civis e militares, será possível equacionar estes problemas e encontrar-lhes a solução mais ajustada.

Em conclusão, para a compreensão dos fenómenos resultantes do relacionamento civil/militar é necessário que entre as Forças Armadas e a Sociedade não exista e se mantenha um mútuo e incompreensível virar de costas, isto é, há que ultrapassar tabus, há que abandonar preconceitos mesquinhos desprezíveis perante o interesse nacional, há que iniciar processos de diálogos franco e sem complexos e, sobretudo, há que ter sempre presente a ideia que ambos, civis e militares, são partes do mesmo todo.

SOLIDARIEDADE

Datado de 16-4-85, chegou ao nosso conhecimento um abaixo assinado subscrito por oitenta e um professores da Universidade de Coimbra e que se transcreve:

Os professores da Universidade de Coimbra abaixo-assinados manifestam o seu protesto veemente contra a acção de despejo de que a Associação 25 de Abril está a ser vítima. A pretexto de uma «reestruturação interna», o Estado Maior do Exército decidiu reocupar no Forte do Bom Sucesso as dependências onde até agora esteve instalada a Associação. É absurdo que os militares que em 1974 restituíram a dignidade às Forças Armadas e criaram as condições para a implantação do regime democrático não disponham hoje de um lugar onde possam exercer a mais democrática de todas as liberdades, a liberdade de associação.

Não querendo as Forças Armadas assumir neste caso as suas responsabilidades, compete ao Governo fazê-lo. Prosseguindo a Associação 25 de Abril fins exclusivamente culturais (como consta do art. 3.º do seu regulamento) deverá o governo, através do Ministério da Cultura, colocar à disposição da Associação um edifício onde esta possa exercer condignamente as suas actividades. Se o não fizer, compete aos portugueses solidarizarem-se com a Associação nas iniciativas que esta houver por bem levar a cabo com vista à obtenção de uma nova sede.

O mesmo foi enviado por os referidos subscritores ao Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Ministro da Cultura, Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e Chefe do Estado Maior do Exército.

— / —

Datada de 27-4-85, foi recebida da PORTUGUESE CANADIAN DEMOCRATIC ASSOCIATION, uma moção aprovada por unanimidade e aclamação, que é do seguinte teor:

MOÇÃO

Democratas presentes numa sessão de esclarecimento realizada no First Portuguese em Toronto, no âmbito das comemorações do 11.º aniversário do 25 de Abril de 1974, conhecedores das dificuldades da Associação 25 de Abril em manter a sua sede social no Forte do Bom Sucesso, repudiam a acção de despejo levada a cabo pelo Estado Maior do Exército, e de certa maneira da responsabilidade do Governo.

Assim, juntamos a nossa voz àqueles que lutam para que a Associação 25 de Abril se mantenha na sua sede social no Forte do Bom Sucesso.

— VIVA O 25 DE ABRIL
— VIVA A DEMOCRACIA
— VIVA PORTUGAL

— / —

Chegou ao conhecimento da nossa Associação o texto de um abaixo assinado que recolhe assinaturas na cidade do Porto e que neste momento já reunirá as de centenas de personalidades e que se transcreve:

Excelentíssimos Senhores
Presidente da República
Presidente da Assembleia da República
Primeiro Ministro

Os signatários apelam pública e solenemente a Vossas Excelências no sentido do cumprimento do respeito, moral e político, devido aos autores materiais do derrube do fascismo.

Porque a «ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL» representa, e integra, a generalidade dos homens que cumpriram a história e a simbolizam — num dos momentos mais grandiosos da nossa vida recente — não se pode permitir que ela jamais seja atingida por um tratamento apressado e de notória vulgaridade.

As Forças Armadas, enquanto instituição militar do Regime Democrático-Constitucional, por certo que se terão de rever no perfil dos que lhe deram, de novo, a dignidade de Instituição Nacional ao serviço da Pátria. E não podem por isso ceder à lógca de argumentos circunstanciais para afastar do local e das instalações que actualmente ocupam os Homens do 25 de Abril.

O lugar que lhes é devido não pode estar na dependência da boa ou má vontade de qualquer cidadão, mais ou menos proeminente, ou de qualquer chefe militar. O tratamento devido a esses homens que marcaram na nossa Pátria o reencontro com a liberdade, das pessoas e dos povos, exige de Vossas Excelências uma acção empenhada e firme.

Para que se não diga, um dia, que começamos envergonhadamente a perder o futuro ao não saber honrar a História.

— / —

Subscrita pela Comissão Coordenadora Nacional do MAD, chegou ao conhecimento da A25A a seguinte mensagem de solidariedade:

A Coordenadora Nacional do MAD, reunida em Coimbra em 11 de Maio de 1985, decidiu, por unanimidade, manifestar a essa Associação o apreço pela acção que esta tem vindo a desenvolver, bem como renovar a sua solidariedade perante o ataque de que está a ser alvo e que, simbolicamente, se expressa na ordem de abandono da sua sede.

O MAD estará disponível para apoiar as acções que venham a ser entendidas como úteis na prossecução e aprofundamento dos fins dessa Associação.

Coimbra, 11 de Maio de 1985

A Comissão Coordenadora Nacional do MAD

Mensagem do Governo Regional da Madeira

Com data de 3-5-85 foi enviada pelo Governo Regional da Madeira, na pessoa do seu Presidente, uma mensagem à nossa Associação, alusiva à passagem de mais um aniversário do 25 de Abril, que se transcreve:

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Para conhecimento de Vossa Excelência, e fins que forem tidos por convenientes, transcrevo, o texto da Resolução n.º 509/85, tomada pelo Conselho do Governo na sua reunião realizada no dia 2 do mês corrente:

«Na sua reunião plenária mais próxima da data de 25 de Abril, o Governo Regional da Madeira, independentemente de eventuais diferenças políticas, resolveu enviar uma saudação à Associação 25 de Abril, nela saudando os militares que permitiram em Portugal um regime de liberdade que levou à institucionalização constitucional da Autonomia Política da Madeira, a qual trouxe a este Arquipélago um surto de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida das suas populações mais desfavorecidas.

A Autonomia Política das Regiões Insulares Portuguesas constitui um dos aspectos a contabilizar no positivo da Revolução de Abril».

Apresento a Vossa Excelência os melhores cumprimentos, com consideração

Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim

Por deliberação da Direcção da A25A foi enviada uma resposta àquela mensagem e que é da seguinte teor:

Exmo Senhor
Dr. Alberto João Jardim
Presidente do Governo Regional da Madeira

Em resposta à carta de Vossa Excelência, transcrevo o texto da Resolução da Direcção da Associação 25 de Abril, tomada na sua reunião de 21-5-85:

«A Associação 25 de Abril congratula-se com a saudação recebida do Governo Regional da Madeira, por ocasião da passagem do XI Aniversário do 25 de Abril.

No momento em que o 25 de Abril sofre tantos injustos e despudorados ataques, quando se verificam tantas tentativas de desvirtuamentos oportunistas da História recente do nosso País, é com enorme satisfação que a A25A verifica haver um órgão institucional que reconhece, e não esquece, o valor da acção dos militares, ao permitirem em Portugal um regime de liberdade. Regime que possibilitou, para além de muitas outras conquistas do povo português, a institucionalização constitucional da Autonomia Política das Regiões Insulares Portuguesas.

Igualmente nos é gratificante constatar que a permanente prática da A25A, sempre pautada pela estrita observância dos seus princípios estatutários, a vem consolidando e impondo, não só na sociedade mas também no Estado, como entidade cultural e cívica, verdadeira, legítima e única representante da esmagadora maioria dos militares de Abril e do seu espírito de liberdade e democracia, onde cabem, natural e serenamente, todas as diferenças».

Apresento a Vossa Excelência os melhores cumprimentos

O Presidente da Direcção
VASCO CORREIA LOURENÇO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA

Tal como ficou acordado no último AG ordinária e conforme comunicação já feita pelo Presidente da AG da Associação, o Brigadeiro Pezarat Correia, terá lugar em 5 de Julho, com início pelas 20H30 na nossa sede, uma AG extraordinária tendo como ponto único de agenda «A problemática da Sede».

Contamos com a presença de todos.

ORGANIZAÇÃO PRÓ-SEDE

Conforme referido no anterior Boletim, considera-se de primordial importância a mobilização de todos os sócios e apoiantes em torno dos objectivos estatutários da A25A, pois só com a sua participação activa e interessada, será possível trilhar com dignidade, inteligência e qualidade os caminhos da nossa afirmação.

É neste apelo global que se inserem os problemas da preservação da continuidade física da Associação.

Esta questão da Sede, não pode nem deve ser vista, como um problema cuja resolução cabe exclusivamente à Direcção.

Ela terá de ser sentida por todos os consócios como sua, contribuindo na medida das suas potencialidades e disponibilidades, para as tarefas que se colocam neste âmbito.

Por outro lado, para que haja mobilização, torna-se necessário manter, com a actualidade possível, uma corrente de informação,

É neste sentido que nos propomos fazer um ponto da situação sobre esta questão.

Dentro das grandes linhas definidas e do esquema organizacional montado, foram já implementadas as diversas comissões que, no entanto, se mantêm abertas à integração de mais elementos.

Com objectivos definidos para cada uma, têm vindo a promover reuniões e a desenvolver actividades, umas mais perceptíveis que outras, mas todas elas de igual importância.

A dinamização interna está em marcha e em breve todos os associados sentirão os seus efeitos.

Estão a ser estabelecidos diversos contactos prospectivos a nível internacional; está em fase de estruturação a campanha global de obtenção de fundos, por forma a permitir nos «timing» adequados, o seu lançamento; estão em curso as actividades relacionadas com a pesquisa de instalações na área da Grande Lisboa.

Simultaneamente, a comissão de contacto civil/militar, procurou e obteve audiências de S. Ex.ª o Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, 1.º Ministro, Ministro da Cultura, que se mostraram receptivos, de acordo com as respectivas áreas de competência, a apoiar e/ou procurarem encontrar soluções adequadas e dignas para o problema. Foram ainda solicitadas audiências aos diversos grupos parlamentares e Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, tendo já as mesmas sido concretizadas.

A cobertura informativa ao nível dos órgãos de Comunicação Social, de todas as actividades da A25A, incluindo nestas as que se relacionam directamente com a problemática da Sede, têm sido objecto de preocupação por parte da Comissão de Informação, que vem desenvolvendo os contactos necessários para o efeito.

Com o sentido de responsabilidade, dignidade, independência e perseverança, a Direcção estará atenta à evolução da situação e tomará, com o apoio de todos os consócios, as medidas ajustadas à perenidade da A25A.

NOITE DE S. PEDRO

A exemplo do que se passou na noite de Santo António, no próximo dia 28 de Junho haverá lugar na nossa sede mais um alegre convívio com febras, bros, chouriço, com a conveniente «regação».
Música também não faltará! APARECE!